



Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO- Nº 31/2022

PROCESSO Nº 167/2022

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Às treze horas do dia primeiro de novembro de dois mil e vinte e dois, na sala de licitações, presentes os membros da Comissão Permanente de Licitações, criada pela Portaria nº. 14/2022, reunida com o objetivo de analisar documentação e proposta solicitada da pessoa jurídica DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ: 13.021.017/0001-77, para:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DPM EDUCAÇÃO LTDA CNPJ: 13.021.017/0001-77, PARA REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO PARA OS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:

FUNDAMENTO LEGAL:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:
II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Cabe ressaltar que a Comissão de Licitação ficou incumbida somente da análise dos documentos de habilitação, pois a escolha do palestrante foi feita pela secretaria solicitante conforme pedido em anexo, inclusive com a escolha da modalidade licitatória

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha da contratação da empresa DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ: 13.021.017/0001-77, se faz conforme justificativa da secretaria solicitante em anexo.


JUSTIFICATIVA DO PREÇO

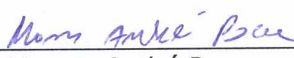
Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Inexigibilidade de licitação, para contratação da empresa DPM Educação LTDA CNPJ: 13.021.017/0001-77, para realização de capacitação para os conselheiros municipais de assistência social, o valor de R\$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais), aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.


Nada mais a relatar foi lavrado o presente documento que será submetido à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Alpestre, 01 de novembro de 2022.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO


Toleman Alan Picoli
Presidente Comis. Licitações


Marcos André Pasa
Membro Comis. Licitações


Evandro Adão Particheli
Membro Comis. Licitações



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER TÉCNICO JURÍDICO

Ilmo. Sr. Tóleman Alan Picoli
Presidente Comissão de Licitações - Alpestre/RS.

**EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 31/2022. PROCESSO Nº
167/2022. OBJETO: CONTRATAÇÃO DA
EMPRESA DPM EDUCAÇÃO LTDA CNPJ Nº
13.021.017/0001-77, PARA REALIZAÇÃO
DE CAPACITAÇÃO PARA OS
CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Em atenção à solicitação de parecer jurídico final sobre o procedimento licitatório supra, cumpre destacar o que segue:

Trata-se de inexigibilidade de licitação realizada com base no Art. 25, inciso II, c/c o Art. 13, da Lei 8.666/93, porém o caso em exame também se enquadraria na hipótese do Art. 13, inciso VI da Lei de Licitações.

Trata-se de inexigibilidade de licitação realizada com base no Art. 25, caput, da Lei 8.666/93.

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.”

CONSIDERANDO que o procedimento da licitação foi iniciado com a abertura do processo administrativo devidamente autuado, protocolado e



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

numerado, de acordo com o que preceitua o art. 38 da Lei 8.666/93, contendo; solicitação do setor requisitante, justificativa da aquisição, previsão de recursos orçamentários com indicação das respectivas rubricas, determinação e autorização de abertura de licitação.

CONSIDERANDO a regularidade do Procedimento e a conveniência da aquisição do objeto, bem como a inexistência de qualquer questão quer de natureza formal ou Legal, uma vez que o Art. 25, inciso II, autoriza a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

CONSIDERANDO que foi observado o princípio da publicidade, com a regular publicação do aviso de inexigibilidade, conforme preceitua a Legislação sobre o tema;

CONSIDERANDO a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Assistência Social, CÍDIA MARIA AGUIAR ZASSO, Secretaria Municipal de Assistência Social, fl. 03.

CONSIDERANDO as informação da DPM EDUCAÇÃO, o qual tem por objetivo aprimorar o exercício da função pública com a capacitação dos conselheiros municipais de assistência social.

CONSIDERANDO o PLANO DE APLICAÇÃO da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Comissão Permanente de Licitação realizada pela Comissão de Licitação.

CONSIDERANDO que a “escolha e contratação da empresa pessoa jurídica DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ: 13.021.017/0001-77, fundamenta-se, para realização de capacitação para os conselheiros municipais de assistência social, o valor de R\$ 9.950,00 (Nove mil e novecentos e cinquenta reais), aparenta encontra-se compatível com o interesse público.

CONSIDERANDO o rigoroso cumprimento de todas as etapas previstas para o certame.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE ALPESTRE

Entendo não haver óbices para a Adjudicação e homologação da licitação nos termos do Art. 25, inciso II da Lei 8.666/93.

É o Parecer.

Alpestre, 01 de novembro de 2022.


Linonrose Scaravonatto

OAB/RS 62.637

Assessora Jurídica Municipal

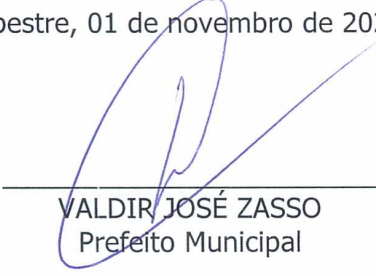


Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

DESPACHO

Com base na Solicitação da Secretaria e no parecer Jurídico reconheço ser inexigível a licitação e ratifico o ato para a contratação da pessoa jurídica DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ: 13.021.017/0001-77, para contratação da empresa DPM Educação LTDA CNPJ: 13.021.017/0001-77, para realização de capacitação para os conselheiros municipais de assistência social, no valor de R\$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais reais), com base no Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Nº 167/2022, Inexigibilidade Nº 31/2022.

Alpestre, 01 de novembro de 2022.



VALDIR JOSÉ ZASSO
Prefeito Municipal

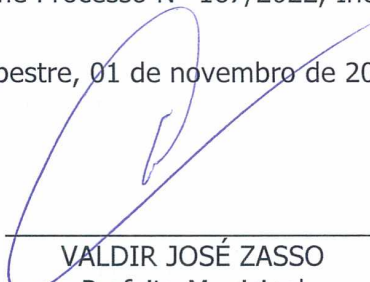


Rio Grande do Sul
Município de Alpestre
Praça Tancredo Neves, 300
C.N.P.J. 87.612.933/0001-18
Departamento de Compras e Licitações

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Com base na Solicitação da Secretaria e no parecer Jurídico reconheço ser inexigível a licitação e ratifico o ato para a contratação da pessoa jurídica jurídica DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ: 13.021.017/0001-77, para contratação da empresa DPM Educação LTDA CNPJ: 13.021.017/0001-77, para realização de capacitação para os conselheiros municipais de assistência social, no valor de R\$ 9.950,00 (nove mil e novecentos e cinquenta reais reais), com base no Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, conforme Processo Nº 167/2022, Inexigibilidade Nº 31/2022.

Alpestre, 01 de novembro de 2022.



VALDIR JOSÉ ZASSO
Prefeito Municipal